

# A AVALIAÇÃO DE TODOS E CADA UM NA FÓRMULA DO IDEB

Delci Heinle Klein<sup>1</sup>

Clarice Salete Traversini<sup>2</sup>

## Resumo

Este texto analisa a formulação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e seu potencial para conduzir as condutas da população escolar. Desde 2007, o IDEB tornou-se um indicador para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. A partir dos estudos de Michel Foucault(1998), entendemos o IDEB como estratégia de governo utilizado pelo Ministério da Educação para mobilizar a população escolar na busca da qualidade da educação. Na pesquisa com 64 professores de escolas municipais de uma microrregião gaúcha, constatamos que eles não conhecem como o IDEB é formulado, nem se compreendem *dentro da fórmula*. Entretanto, com ou sem conhecimento dos professores, o IDEB opera, a partir de sua divulgação, desde a unidade escolar até o conjunto da nação brasileira, objetivando quantificar a qualidade da educação.

**Palavras-chave:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Governo. Qualidade da Educação.

## La evaluación de todos y cada uno en la fórmula de IDEB

## Resumen

Este texto analiza la fórmula del Índice de Desarrollo de La Educación Básica (IDEB) y su potencial para conducir la conducta de la población escolar. Desde 2007, el IDEB se convirtió en un indicador para medir la cualidad de cada escuela y cada red de enseñanza. A partir de los estudios de Michel Foucault (1998), entendemos el IDEB como una estrategia de gobierno usado por el Ministerio de Educación para movilizar los escolares en búsqueda de calidad en la educación. En la encuesta de 64 maestros de escuelas municipales en una microrregión de Rio Grande do Sul, certificamos que ellos no conocen como el IDEB es formulado, ni se sienten *dentro de la fórmula*. Mientras tanto, con o sin el conocimiento de los maestros, el IDEB opera, a partir de su divulgación, desde la escuela hasta toda la nación brasilera, teniendo como objetivo cuantificar a calidad de la educación.

**Palabras-clave:** Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB); Gobierno. Calidad de Educación.

<sup>1</sup> Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha (CESUCA). Coordenadora de extensão no ISEI. E-mail: delcihk@bol.com.br.

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do CNPQ/CAPES. E-mail: clarice.traversini@gmail.com.

## **The evaluation of each and everyone in IDEB formula**

### **Abstract**

This paper analyzes the formulation of the Basic Education Development Index (IDEB) and its potential to conduct the conducts of the school population. Since 2007, IDEB has been the index that measures the quality of every school and every education network. Supported by Michel Foucault's studies (1998), we regard IDEB as a government strategy used by the Ministry of Education to mobilize the school population in the search for quality in education. In a survey of 64 teachers from municipal schools in a micro-region in the state of Rio Grande do Sul, we found that they neither know how IDEB is formulated nor see themselves *as a part of the formula*. However, with or without their awareness, since IDEB was launched, its operation has encompassed everything from the school unit to the Brazilian nation aiming at quantifying the quality of education.

**Keywords:** Basic Education Development Index (IDEB); Government. Quality of Education.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, o Brasil, praticamente, conseguiu universalizar o acesso à escola no Ensino Fundamental. No entanto, o desafio do país continua em relação à permanência e ao sucesso do aluno na escola. Assim, o Governo, através do Ministério da Educação, adotou diversas ações, através das quais busca minimizar essas dificuldades e qualificar o ensino em todos os níveis. Dentre as ações instituídas, estão as de avaliações externas<sup>1</sup>.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado em 1990, como avaliação de larga escala, aplicada bianualmente em uma amostra de estudantes, com o objetivo de realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro. Em 2005, o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB), que permanece amostral; e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, que é censitária.

As avaliações do sistema educacional brasileiro estão referendadas em marcos legais como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9394/96), que no Artigo 9º, parágrafo VI, rege que a União incumbir-se-á de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996), e no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 (Lei nº 10.172/01), que estabelece, nos objetivos gerais, a questão da “melhoria da qualidade do

---

<sup>1</sup>As avaliações externas implementadas pelo Ministério da Educação de 1990-2013 são: O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA. Além disso, desde o ano de 2000 o Brasil participa do Programme for International Student Assessment (PISA), em português: “Programa Internacional de Avaliação de Estudantes”.

ensino em todos os níveis”(BRASIL, 2001). O Plano Nacional de Educação(PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005/14) reafirma a busca pela qualidade da educação no Art.2º, como uma de suas diretrizes,e estabelece que, a cada dois anos, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica produzirá

[...] indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica.(BRASIL, 2014)

Assim, proliferam as avaliações externas sobre o sistema, envolvendo diferentes modalidades e metodologias de avaliação. Werle (2010) aponta que “ora abrangem a apreciação da qualidade dos sistemas educativos medindo seus resultados por meio de testes aplicados aos alunos, ora avaliam cursos e instituições escolares articulando diferentes informações” (WERLE, 2010, p.23). Para a autora, as avaliações delimitam aspectos a serem avaliados e é sobre esses que fornecem dados, tendo um foco definido. Assim, dentro desse foco, podem servir para a reflexão sobre o funcionamento e “[...] de como está sendo realizada a educação no conjunto do sistema”(WERLE, 2010, p.23).

As avaliações externas e a elaboração de indicadores educacionais, em nosso país, são de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>2</sup>.

Neste texto não faremos a abordagem das avaliações instituídas no país e, sim, analisaremos a formulação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).A discussão aqui desenvolvida integra o projeto de pesquisa “XXXX”<sup>3</sup>, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este artigo, em especial, deriva da pesquisa de Doutorado em Educação<sup>4</sup> cuja temática volta-se a estudar o IDEB e centra sua análise na formulação do índice e sua potência na condução das condutas da população escolar, especialmente, através da *quantificação da qualidade* da educação e os possíveis impactos no currículo.

---

<sup>2</sup>O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação que promove estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

<sup>3</sup> Excluímos o título da pesquisa para evitar identificação na avaliação. Se o artigo for aprovado, incluiremos na publicação.

<sup>4</sup> Pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGedu – UFRGS, sob orientação da Profª. Dra. Clarice Salete Traversini.

Para concretizar o objetivo, realizamos a aplicação de um questionário face a face com 64 professores de escolas municipais da microrregião gaúcha do Vale do Rio dos Sinos<sup>5</sup>. A partir do critério do número de matrículas do Ensino Fundamental das respectivas redes municipais de ensino, selecionamos 23 escolas para a pesquisa. O critério utilizado para a seleção das escolas em cada município foi, novamente, o número de matrículas, desta vez, porém, o número de matrículas da escola. O conjunto de matrículas das escolas selecionadas no município deveria equivaler, ao menos, a 10% dos alunos da rede. Selecionadas e visitadas as 23 escolas, foram aplicados questionários específicos para a direção, a coordenação pedagógica e os(as) professores(as) dos quintos e nonos anos, esses últimos, de Português e Matemática. A escolha dos professores referidos deve-se ao fato de ministrarem os componentes curriculares avaliados na prova que compõe o IDEB. Nossa análise dar-se-á partir de algumas respostas dos questionários dos professores.

De um total de 27 questões, para este artigo analisamos três, quais sejam: a primeira, sobre a importância do IDEB; a segunda, acerca do conhecimento sobre sua formulação; e a terceira, sobre o "preparo" do aluno para a Prova Brasil. Com a pesquisa, constatamos que os professores não conhecem como o IDEB é formulado, tampouco, compreendem-se dentro da fórmula. Tais constatações nos causaram preocupação como pesquisadoras e, por isso, nos sentimos compelidas a entender a fórmula do IDEB para compartilhar e discutir com os colegas docentes. Desse modo, o presente texto pretende auxiliar os professores a compreenderem a formulação do IDEB e que, a partir disso, possam ter alguns elementos a questionar ou a potencializar suas implicações no processo de quantificar a qualidade da educação brasileira. Para tanto, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos a institucionalização do IDEB e seu funcionamento como uma estratégia de "governo em cadeia" (KLEIN, 2014). Na segunda, trazemos a fórmula do IDEB a partir de aspectos passíveis de serem aferidos em educação, quais sejam, o rendimento e o desempenho escolares. Na terceira parte, apresentamos algumas práticas instituídas pelos professores na busca da melhoria do desempenho de seus alunos na Provas Brasil.

## **O IDEB E SUA INSTITUIÇÃO LEGAL: A NECESSIDADE DE QUANTIFICAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

---

<sup>5</sup> O Vale do Rio dos Sinos - RS compõe a região metropolitana da grande Porto Alegre e é composta por 12 municípios: Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo e Sapiranga.

O IDEB foi instituído, em 2007, por Decreto Presidencial, para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>6</sup>, como mostra o quadro.

Quadro 1 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

| Capítulo II   |  |
|---|--|
| Do índice de Desenvolvimento da Educação Básica   |  |
| Art. 3º <b>A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB</b> , calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). |  |
| Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.   |  |

Fonte: BRASIL, 2007 [grifos das autoras].

O IDEB é um índice expresso através de um cálculo objetivo que busca aferir a qualidade da Educação Básica brasileira, quantificando-a. Esta quantificação da qualidade da educação traz no seu bojo a avaliação e a responsabilização dos gestores e da população escolar, pois a quantidade de qualidade que se espera está fixada para cada Estado e município brasileiro, desdobrando-se até o nível escolar. A Lei nº 13005/14 aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Este plano estabelece, em sua meta 7, os índices a serem alcançados pela educação brasileira até a avaliação de 2021.

Quadro 2 – Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 7

| Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|
| IDEB   | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos Iniciais  | 5,2  | 5,5  | 5,7  | 6,0  |
| Anos Finais  | 4,7  | 5,0  | 5,2  | 5,5  |
| Ensino Médio   | 4,3  | 4,7  | 5,0  | 5,2  |

Fonte: BRASIL, 2014.

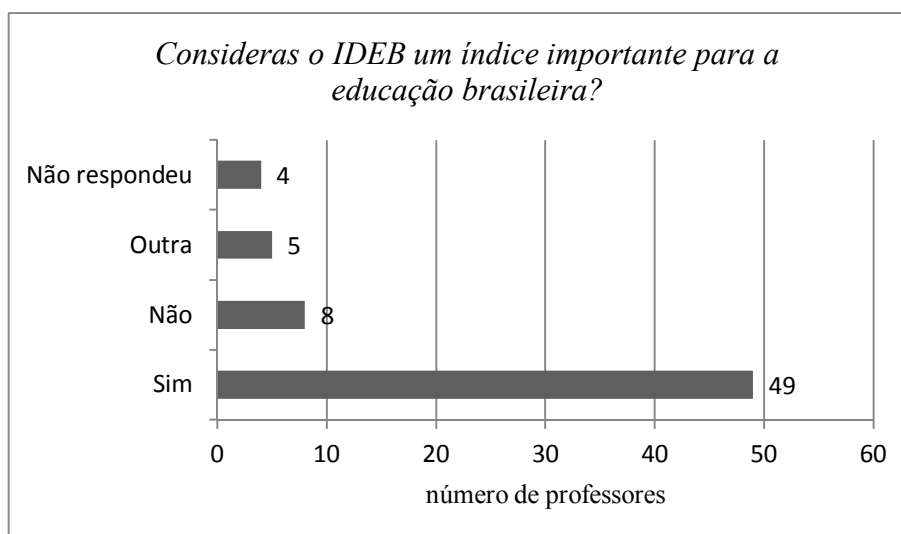
A partir do IDEB, fixada a média nacional, municípios e Estados deverão implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação e seus desdobramentos, de acordo com as especificidades e características regionais e locais, tendo como referência os objetivos, metas e estratégias contidas no PNE. Estados e municípios deverão, então, “orientar as políticas das redes e sistemas de ensino de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a

<sup>6</sup> O PDE foi elaborado pelo Ministério da Educação simultaneamente com o Decreto nº 6094, que dispõe sobre o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. Trata-se de um conjunto de programas que instituem reformas como mudanças nas políticas de financiamento da educação, novas estratégias de ingresso e expansão da Educação Superior, entre outras, e visam a melhorar a Educação no Brasil, em todas as suas etapas, num prazo de quinze anos a contar do seu lançamento, até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil.

diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional [...]” (BRASIL, 2014). Dessa forma, capilarizam-se as metas para os níveis estadual e municipal até chegar ao nível da escola (que deve produzir a meta prevista e desejada). A partir de nossas análises, percebe-se uma *cadeia de governamento* da educação iniciada no PNE e que produz ações e efeitos de poder que se desdobram em cada escola pública brasileira. Por meio desse governamento em cadeia, percebe-se o funcionamento da governamentalidade, que, na compreensão de Foucault (1998), pode ser entendida como uma racionalidade política que permite a operacionalização de uma tecnologia de poder macro e micro, ao atingir a todos e, ao mesmo tempo, ao preocupar-se com cada um dentro de um todo. O regime de colaboração do sistema de educação brasileiro posto em funcionamento incita essa cadeia a entrar em prática, uma vez que os entes federados compartilham as responsabilidades, com a educação, entre si e, como numa engrenagem, só funciona quando as peças estão ajustadas. Então, a efetivação das metas estabelecidas em nível federal precisa chegar às escolas e, para tal, são mobilizadas pelas instâncias do estado e do município.

Para atingir o seu objetivo, o professor precisa ser capturado por essa racionalidade que incita a concorrência, para que ensine mais e melhor, pois é através do resultado do trabalho com seus alunos que o índice se coloca em funcionamento. Em nossa pesquisa percebemos tal captura quando os professores consideram o IDEB um índice importante para a educação brasileira. Ao serem perguntados: “*Consideras o IDEB um índice importante para a educação brasileira? Por quê?*”, obtivemos como resposta:

Gráfico 1 – Importância do IDEB para a educação brasileira



Fonte: dados da pesquisa.

A importância é justificada nos questionários com registros como: “[...] a partir dele pode-se observar aspectos positivos e negativos da escola, professores, alunos .... melhorar”

(Lindolfo Collor / escola A / professor 51)<sup>7</sup>; ou ainda, que o IDEB “[...] mede a educação do país, mas também aponta possibilidades e caminhos a serem trilhados pelo educador, escola e país.” (Presidente Lucena / escola A / professor 52); e mais, “[...] mostra o quanto se está ensinando e propõe aos professores uma mudança de postura” (Nova Hartz / escola A / professor 91).

Ao expressar a quantificação da qualidade, o IDEB produz impactos no currículo, pois, desejosa em atingir a meta estabelecida para a escola, a comunidade escolar é instigada pela busca da medida, da cifra que representa a qualidade. Essa busca pela qualidade recai sobre o currículo, seja na escolha do que se ensina, seja na análise do quanto se ensina, ou ainda, no cuidado para que os resultados que se alcançam no fazer pedagógico cotidiano, reflitam em um bom aproveitamento dos alunos. Mesmo que a discussão sobre os impactos no currículo não seja o foco deste artigo, é importante registrar que o IDEB, como estratégia de governo, que coloca em ação uma cadeia para governar a todos os sujeitos da educação e a cada um, não age somente sobre um dado quantitativo. A cadeia se fortalece por colocar em ação determinados conhecimentos que serão avaliados e, portanto, priorizados nas práticas de ensino e aprendizagens nas escolas. E mais, há uma hierarquia estabelecida, pois Matemática e Português passam a ter predominância sobre outros componentes curriculares, situação preocupante como destacam (ESTEBAN, 2008; AMARO, 2013).

## **O IDEB E SUA FÓRMULA: A COMBINAÇÃO DO RENDIMENTO E DO DESEMPENHO ESCOLAR**

Na sua formulação, o IDEB combina o *rendimento* e o *desempenho* escolar dos estudantes. Ele é calculado nas etapas do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica. No Ensino Fundamental, é produzido no final de cada ciclo: Anos Iniciais, 5º Ano, e Anos Finais, 9º Ano. Ao criar uma fórmula matemática para *quantificar a qualidade*, foram necessárias as escolhas dos aspectos, itens e cálculos que compõem essa fórmula. Foram escolhidos o *desempenho escolar* e o *rendimento escolar*, que são dois aspectos quantificáveis acerca dos estudantes.

---

<sup>7</sup> A identificação dos questionários da pesquisa dá-se nesta ordem: primeiro, o município; segundo, a escola – nomeada pelas letras do alfabeto e terceiro, o professor – nomeado por dois algarismos: o primeiro 5 (5º Ano) ou 9 (9º Ano) e o segundo, o número do professor pesquisado (1, primeiro, 2, segundo, e assim, sucessivamente). Desse modo, a identificação das escolas e dos professores está preservada.

O ministro Fernando Haddad<sup>8</sup> explica essa escolha e refere que a divulgação dos dados do IDEB poderia, de um lado, “[...] ensejar um movimento de retenção” (HADDAD, 2007, p. 12) para que a escola, dessa forma, melhorasse a qualidade do desempenho dos alunos na Prova Brasil. Em outras palavras, os alunos com dificuldades ou aqueles que não aprenderam seriam reprovados e, assim, não fariam a prova e, possivelmente, a média da turma aumentaria. Essas reprovações teriam incidência negativa nas taxas de aprovação e prejudicariam o fluxo escolar. De outro lado, “[...] a indústria da aprovação automática” (HADDAD, 2007, p.21), para aumentar as taxas de aprovação, poderia comprometer o desempenho desses alunos na Prova Brasil. Seria necessário combinar esses resultados em uma fórmula só. Segundo o Ministro, “[...] dessa preocupação nasceu a ideia de combinar **os resultados do desempenho escolar** (Prova Brasil) e **os resultados de rendimento escolar** (fluxo apurado pelo Censo Escolar<sup>9</sup>) num único indicador de qualidade: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (HADDAD, 2007, p.21)[grifos das autoras].

A fórmula parece simples: o IDEB de determinado ano é dado pelo produto da média padronizada (proficiências dos estudantes) da Prova Brasil pelo indicador de rendimento da etapa de ensino dos estudantes das escolas. Embora pareça simples, o índice é expresso por um cálculo bastante elaborado. Isso se deve ao fato de que, para chegar a esses dois números (taxa de rendimento e proficiência), uma série de outros cálculos precisam ser efetuados.

Quadro 3 – Fórmula para cálculo do IDEB

|  |
|--|
| $IDEB_{ji} = N_{ij} \cdot P_{ij}$ <p style="text-align: center;"> <math>IDEB_{ij}</math> = IDEB no ano (i) da escola (j)<br/> <math>N_{ij}</math> = proficiência no ano (i) dos estudantes da escola (j)<br/> <math>P_{ij}</math> = rendimento no ano (i) da etapa de ensino dos estudantes da escola (j) </p> |
|--|

Fonte: Nota técnica (metodologia da concepção do IDEB) – elaboração das autoras

O *rendimento escolar* ( $P_{ij}$ ) é expresso pela média da taxa de aprovação<sup>10</sup> em cada etapa do Ensino Fundamental. Assim, a taxa de aprovação que compõe parte da fórmula do IDEB é dada pela média das taxas de aprovação dos alunos daquela etapa: a taxa de aprovação dos Anos Iniciais é formulada a partir da média das taxas de aprovação de todos os anos dessa etapa (1º, 2º, 3º, 4º e 5º); e a taxa de aprovação dos Anos Finais é dada pela média

<sup>8</sup> Fernando Haddad foi Ministro de Estado da Educação no período de 2005 – 2012.

<sup>9</sup> O Censo escolar consiste de um levantamento de dados estatístico-educacionais no âmbito nacional e é realizado todos os anos. Todos os estabelecimentos de ensino do país devem responder ao Censo, por meio do sistema Educacenso.

<sup>10</sup> Segundo a Nota Técnica Nº 03/2013 do INEP (BRASIL, 2013), a taxa de aprovação dos estudantes de uma determinada turma é dada pelo quociente do número de alunos aprovados pela soma dos alunos aprovados, reprovados e evadidos.



das taxas dos anos dessa etapa (6º, 7º, 8º, 9º). Por exemplo, se todas as turmas da etapa em questão tiverem uma aprovação de 100%, a taxa média desta etapa será 1. Se, por outro lado, nem todas as turmas tiverem uma aprovação de 100%, essa taxa será um número menor, entre 0 e 1, que é a variação da taxa de *rendimento escolar* ( $P_{ij}$ ).

As informações sobre as taxas de aprovação são aferidas pelo Censo Escolar, e os dados coletados referem-se aos estabelecimentos, às matrículas, às funções docentes e ao movimento e rendimento escolar, entre outros. Porém, são as informações referentes ao rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) que compõem o IDEB, junto às notas da Prova Brasil.

O *desempenho escolar* ( $N_{ij}$ ) é dado pela média padronizada de proficiência na Prova Brasil. Essa prova não é realizada pelo conjunto dos alunos do nível de estudos e, sim, pelos alunos das turmas de 5º ano e 9º ano, ou seja, as turmas que encerram esta etapa de estudos. A variação de ( $N_{ij}$ ) é um número entre 0 e 10, e para chegar a esse valor, o cálculo se vale de fórmulas pré-estabelecidas em relação à proficiência<sup>11</sup>.

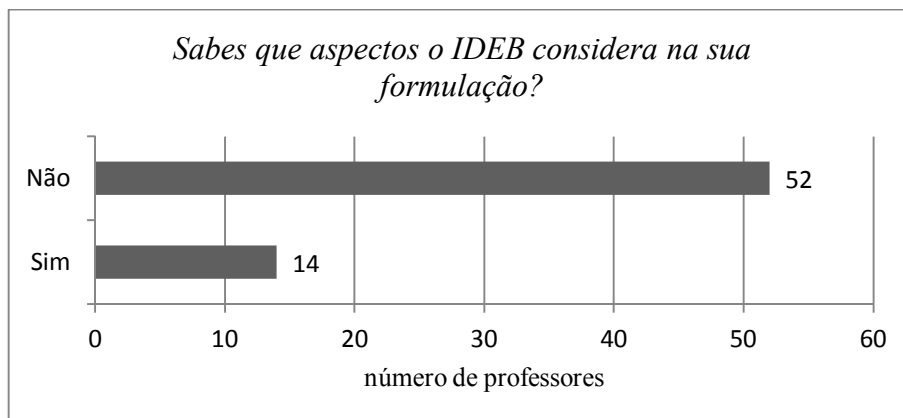
Tem-se, agora, uma fórmula matemática que expressa a qualidade. Desse modo, para uma escola ou um município ter qualidade na educação, o índice expresso por essa fórmula deve ser um número desejado e esperado. Esperado, porque para cada escola, município e Estado a meta já está calculada, *a priori*, assim como os resultados a serem atingidos, e, por isso, desejados, pois, numa sociedade em que é estimulada a concorrência, todos querem as melhores posições, como num *ranking*. Em nosso entendimento, a análise do IDEB na escola, deve ir muito além do número que o expressa. Defendemos que essa análise deve “adentrar” a fórmula, para compreender o que se deve ao *rendimento* e o que se deve ao *desempenho* dos alunos, e, a partir disso, propor possíveis intervenções.

Em nossa pesquisa percebemos que o índice não é bem compreendido na sua produtividade para a melhoria da qualidade da educação, pois, a maioria dos professores pesquisados demonstra que desconhecem os itens que compõem a formulação do IDEB, como mostra o quadro. Ao serem perguntados: “*Sabes que aspectos o IDEB considera na sua formulação? Se sim, quais são?*”, obtivemos como resposta:

---

<sup>11</sup> A proficiência dos estudantes na Prova Brasil, que representa o desempenho escolar ( $N_{ij}$ ) na fórmula do IDEB é dada pela média aritmética das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática. Cada uma das proficiências, por sua vez, é calculada por uma fórmula específica, na qual são consideradas as médias de todos os estudantes da referida turma, bem como o desvio padrão e pontos de corte inferiores e superiores, conforme nota técnica nº1 do IDEB.

Gráfico 2 –Formulação do IDEB



Fonte: dados de pesquisa.

Ao não conhecerem a formulação do IDEB, os professores, possivelmente, não se sentem como parte dele, embora *todos estejam na fórmula*, uma vez que todos estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos e a permanência [não evasão] e o sucesso [aprovação] desses influencia diretamente na formulação do IDEB. O mesmo ocorre com o desempenho na Prova Brasil, isto é, a capacidade de ler, escrever, interpretar e resolver problemas matemáticos são parte desse processo no qual os professores estão centralmente envolvidos.

O quadro abaixo refere-se ao IDEB/2011 de algumas escolas pesquisadas<sup>12</sup>. Nele, pode-se perceber a fórmula em movimento, e acreditamos que seja bastante ilustrativo para sua compreensão. A partir dele, a escola poderá perceber onde se encontram as suas fragilidades, bem como, suas potencialidades e, assim, proceder a possíveis intervenções no processo de ensino-aprendizagem.

Quadro 4 – Formulação do IDEB 2011

| Município/<br>Escola | <i>Rendimento escolar<br/>(Pij)</i> |      |      |      |      | <i>Desempenho<br/>escolar(Nij)</i> |                         |        | IDEB<br>2011 |   |     |
|----------------------|-------------------------------------|------|------|------|------|------------------------------------|-------------------------|--------|--------------|---|-----|
|                      | Taxa de Aprovação/Ano               |      |      |      |      | Indicador<br>de<br>rendimen<br>to  | Nota da Prova<br>Brasil |        |              | Média<br>Padroni<br>zada<br>Prova<br>Brasil |     |
|                      | 1°                                  | 2°   | 3°   | 4°   | 5°   |                                    | Mat.                    | L.P.   |              |   |     |
| <b>Araricá</b>       | 100                                 | 77,9 | 77,3 | 75,6 | 83,7 | 0,82                               | 212,31                  | 191,87 | 5,50         | 4,5   |     |
| <b>Campo<br/>Bom</b> | <b>A</b>                            | 100  | 100  | 98,3 | 98,5 | 100                                | 0,99                    | 237,23 | 206,98       | 6,25  | 6,2 |
|                      | <b>B</b>                            | 100  | 100  | 100  | 100  | 100                                | 1,00                    | 251,25 | 219,97       | 6,76  | 6,8 |
|                      | <b>C</b>                            | 100  | 100  | 98,5 | 100  | 98,8                               | 0,99                    | 240,57 | 218,78       | 6,53  | 6,5 |

Fonte: INEP – elaboração das autoras

<sup>12</sup> O quadro, assim como o texto, representa um recorte da pesquisa. Desse modo, os municípios apresentados são os dois primeiros, pela ordem alfabética do conjunto dos municípios pesquisados.

Pelos critérios estabelecidos, pesquisamos uma escola em Araricá, que neste quadro utilizamos como exemplo. Os três números circulados no quadro mostram o IDEB[4,5], na última coluna, e os dois números que o geram como resultado: o primeiro, [0,82], representa a média das taxas de aprovação da escola, e o segundo [5,50] é a média do desempenho em Língua Portuguesa e Matemática na Prova Brasil. A partir de uma leitura criteriosa dos números do quadro, pode-se identificar os aspectos que concorrem para a elevação ou diminuição do IDEB, como, por exemplo, os baixos índices de aprovação em determinados Anos. A mesma leitura poderá ser feita para as escolas de Campo Bom.

Os exemplos acima mostram que cada professor da escola está vinculado a algum dos números do quadro, e essa compreensão, em nosso entender, é fundamental para que o IDEB se torne um índice produtivo, isto é, mobilize o professor a refletir sobre sua implicação nesse processo, bem como para (re)pensar a sua prática.

A fórmula do IDEB contém em si o currículo. E nisso reside mais um modo de fortalecimento da estratégia de governo do IDEB, pois as práticas curriculares escolarizadas são levadas a cabo por meio da condução das condutas docentes que o IDEB mobiliza. Os alunos, os professores, as turmas, os conteúdos, as atividades, enfim, tudo aquilo que se refere ao processo ensino-aprendizagem está na fórmula. Todos estão na fórmula [pelo rendimento]. Contudo, o processo de “aprendizagem-ensino” está reduzido (ESTEBAN; FETZNER, 2015). Reiteramos que a redução se materializa nos componentes curriculares priorizados para a avaliação do desempenho dos estudantes. Há ausência de conhecimentos de outras áreas tão importantes quanto as avaliadas. E a elevação dos índices de proficiência de Matemática e Português “não representa necessariamente uma proposta de ampliação significativa do conhecimento pela criança” (ESTEBAN; FETZNER, 2015, p. 87).

### **(ALGUMAS) PRÁTICAS CURRICULARES A PARTIR DA PROVA BRASIL:**

A Prova Brasil é composta por itens<sup>13</sup>. Para elaboração e análise dos resultados dos itens, é utilizada a Teoria de Resposta ao Item (TRI), uma teoria estatística que possibilita elaborar provas que permitam medir uma variável não observável ou não diretamente mensurável, como, no caso da Prova Brasil, as habilidades dos alunos. Assim, através da TRI é possível conhecer o que os alunos sabem e são capazes de fazer em termos de habilidades.

---

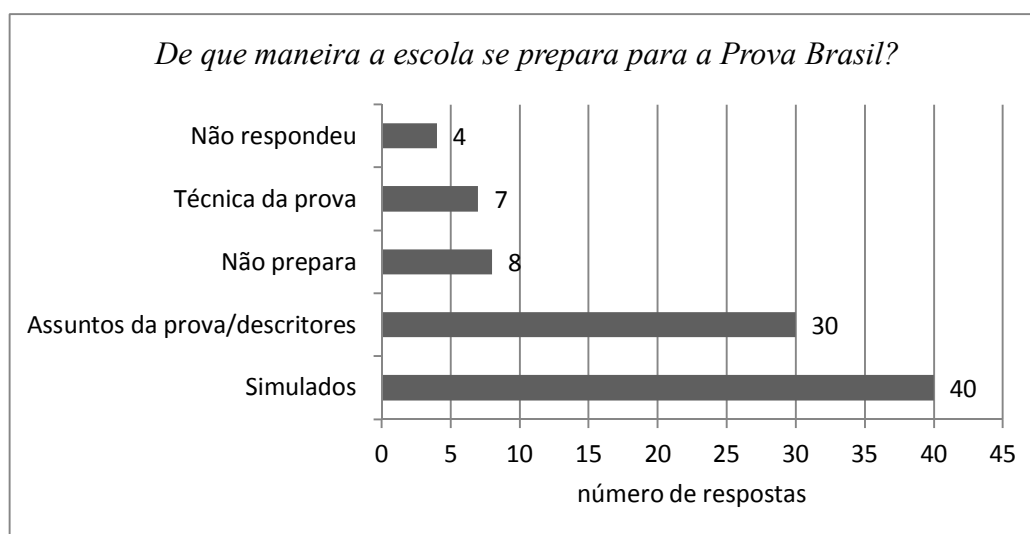
<sup>13</sup>A Prova Brasil é composta por 22 itens de Língua Portuguesa e 22 itens de Matemática no 5º ano e é composta por 26 itens de Língua Portuguesa e 26 itens de Matemática no 9º ano. Segundo Brasil (2011), nas avaliações realizadas pelo Inep, cada item corresponde a uma questão da prova. Cada item é elaborado para avaliar predominantemente uma única habilidade.

O desempenho dos alunos não tem relação direta com o número de acertos, e sim dependerá dos itens a que eles respondem. Os resultados são apresentados na forma de “uma média de proficiência” (BRASIL, 2011, p.8), que mostra “o desempenho dos alunos nas habilidades avaliadas pelos itens da prova”. A média de proficiência indica uma posição na escala. As escalas são compostas por níveis de desempenho, expressas de 0 a 500, e cada item que o aluno acerta corresponde a 25 pontos. A prova é aplicada bianualmente nas turmas de 5º Ano, que avalia os estudantes ao final dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e nas turmas de 9º Ano, que avalia os estudantes ao final dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano). Sua aplicação é obrigatória nas escolas públicas e, opcional, nas privadas.

A prova é elaborada com base na Matriz de Referência Curricular do SAEB e estabelece as competências e habilidades esperadas dos alunos ao final dos ciclos avaliados, através de *descritores*. De acordo com o documento PDE/SAEB (BRASIL, 2008), da Secretaria de Educação Básica do MEC, “as matrizes de referência não englobam todo o currículo escolar” (BRASIL, 2008, p. 17), embora tenham como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais, e, sim, “[...] um recorte com base no que é possível aferir por meio do tipo de instrumento de medida utilizado na Prova Brasil e que, ao mesmo tempo, é representativo do que está contemplado nos currículos vigentes no Brasil” (BRASIL, 2008, p. 17).

Nossa pesquisa mostra que, no intuito de preparar os alunos para a avaliação, várias ações se instituem nas escolas com vistas ao preparo dos alunos para a Prova Brasil. Ao serem perguntados: “*De que maneira a escola se prepara para a Prova Brasil?*”, os professores responderam:

Gráfico 3 – Preparo para a Prova Brasil



Fonte: dados da pesquisa.

Cabe referir que as respostas a essa pergunta foram múltiplas, isto é, um mesmo professor utiliza várias formas de preparo de seus alunos para a Prova Brasil. Um dos aspectos que chama a atenção é a quantidade de professores que aplicam simulados. Isso se deve ao fato de que, na maioria das escolas, os alunos não estão familiarizados com questões de múltipla escolha e nem, com a transcrição da sua resposta para o cartão-resposta, ou seja, a técnica a ser utilizada na prova. Outro aspecto sobre o preparo dos alunos para a prova recai sobre o trabalho em sala, com “os conteúdos que caem na prova” e com os descritores. Este aspecto aponta para aquilo que Bello (2012) denomina de “a curricularização dos descritores da avaliação” (BELLO, 2012, p.21), isto é, “ao mesmo tempo que são parâmetros de avaliação, tornam-se conteúdos escolares e constituintes normativos das práticas curriculares escolares em termos de condutas que deverão ser produzidas” (BELLO, 2012, p.24).

Em síntese, encontramos no governo em cadeia na fórmula do IDEB que contém em si o currículo e na curricularização dos descritores das avaliações em larga escala, as estratégias de governo do IDEB mobilizadas para conduzir as condutas dos professores em busca de melhores resultados na Prova Brasil e, conseqüentemente, melhor resultado do IDEB.

## CONCLUSÕES

Ao proclamar a busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, com vistas à elevação da qualidade do ensino, o Ministério da Educação está buscando, além de classificar as instituições, capturar o sujeito-aluno, o sujeito-professor e a população escolar, na busca de transformá-los em sujeitos proficientes em determinados conhecimentos (será que isso os faria bons cidadãos?), comprometidos com a qualificação da educação brasileira. Para tal, há necessidade de dizer como essa qualidade será aferida. Estabelece-se, então, uma fórmula matemática que *quantifica a qualidade*. Cria-se o IDEB, um número estabelecido *a priori* para cada escola, que dirá se esta escola tem ou não uma educação de qualidade.

Constatamos que os professores, atores responsáveis pela condução do processo de ensino-aprendizagem, apresentam dificuldades de se apropriarem dessa compreensão de quantificar a qualidade da educação e que há uma necessidade evidente de fazê-lo. Pensando sobre essas dificuldades, escrevemos este texto, que objetiva uma compreensão mais técnica do índice, para que os professores se aproximem, olhem esta fórmula *por dentro* e não se afastem do entendimento acerca do IDEB.

A partir dos dados de nossa pesquisa, constatamos o desconhecimento dos professores acerca da formulação do IDEB, embora a densa maioria julgue-o um índice importante para a avaliação da educação brasileira. Surpreende-nos o fato de os professores julgarem o índice importante sem, no entanto, conhecê-lo. Do mesmo modo, constatamos que os professores, ao não conhecerem a formulação, não se compreendem *dentro da fórmula*. No entanto, na racionalidade contemporânea em que a concorrência é valorizada, os professores (ao menos um grupo significativo dos pesquisados) são capturados ou permitem que sua conduta seja conduzida [ou a conduzem] a buscar um bom número, um índice estabelecido e, portanto, desejável para sua escola. Desse modo, o IDEB mobiliza, induz e produz ações em toda a comunidade escolar. Apontamos algumas dessas ações do conjunto de professores pesquisados, especialmente em relação a alguns atravessamentos no currículo, privilegiando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em detrimento às demais.

Podemos pensar no IDEB como uma estratégia utilizada pelo Estado - *para o bem governar*, que conduz as condutas de cada um *dos docentes, dos gestores, do aluno, da sua família e da escola* e, ao mesmo tempo, de todos- ao serem convocados a promover ações que concorram para a aprovação, o não abandono e melhoria de seus índices ou na manutenção desses, quando já alcançaram a meta estabelecida.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Ivan. Avaliação externa da escola: repercussões, tensões e possibilidades. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 24, n. 54, p. 32-55, jan./abr. 2013. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ae/article/viewFile/1901/1883>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez. As práticas curriculares em Matemática que se produzem pelo governo do IDEB. **Horizontes**, [S.l.], v. 30, n. 2, jul. 2012. Disponível em: <http://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/58>>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. **Nota Técnica 03/2013** – Cálculo das Taxas de Rendimento Escolar – Censo da Educação Básica. Brasília, 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/enem\\_por\\_escola/2014/nota\\_tecnica\\_taxas\\_rendimento\\_escolar.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/enem_por_escola/2014/nota_tecnica_taxas_rendimento_escolar.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2015.

BRASIL. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores.** Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil\\_matriz2.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=137:pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao&id=176:apresentacao&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=137:pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao&id=176:apresentacao&option=com_content&view=article)>. Acesso em: 25 jan. 14.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação: Lei nº 10.172.** Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação: Lei nº 13005/14.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 30 set. 2014.

BRASIL. **Prova Brasil: Avaliação do Rendimento Escolar.** Brasília, 2011. 38p.

KLEIN, Delci Heinle. **IDEB: a maquinaria dos números e a produção da qualidade da educação brasileira.** 2014. Projeto de Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ESTEBAN, Maria Teresa; FETZNER, Andréa Rosana. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. **Educar em Revista**, [S.l.], p. 75-92, jul. 2015. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/41452>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 277-293.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/664>>. Acesso em: 30 out. 2015.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Sistema de avaliação da educação básica no Brasil: abordagem por níveis de segmentação. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em larga escala**: foco na escola. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010. p. 21-36.